

Cenário Econômico e Fiscal

Bruno Funchal

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Agosto de 2021

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



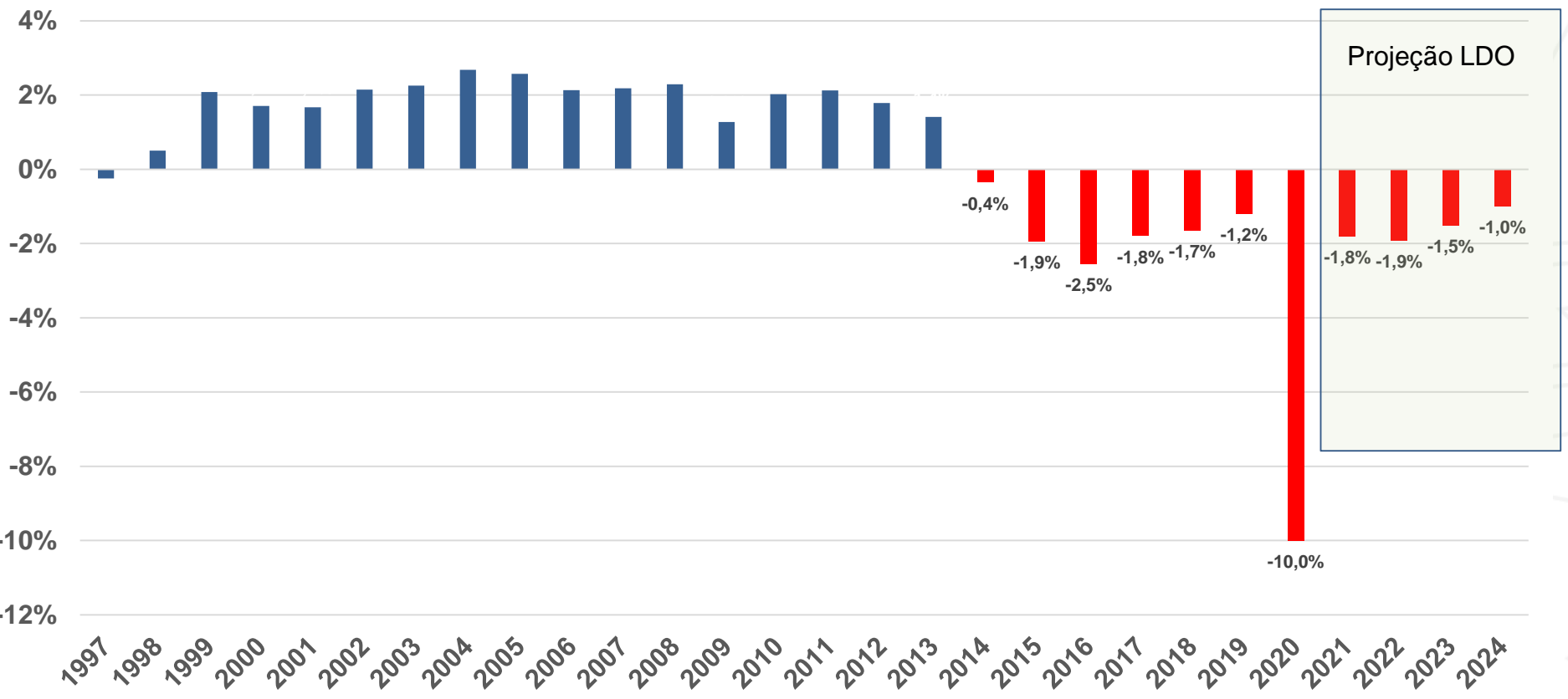


Sumário

- ① **Situação Fiscal e Impactos da Crise do Covid-19**
- ② **Desafios Estruturais**
- ③ **Importância da Consolidação Fiscal**
- ④ **Gestão Orçamentária**
- ⑤ **PEC dos Precatórios**



Resultado Primário do Governo Central – 1997 a 2024 (% do PIB)

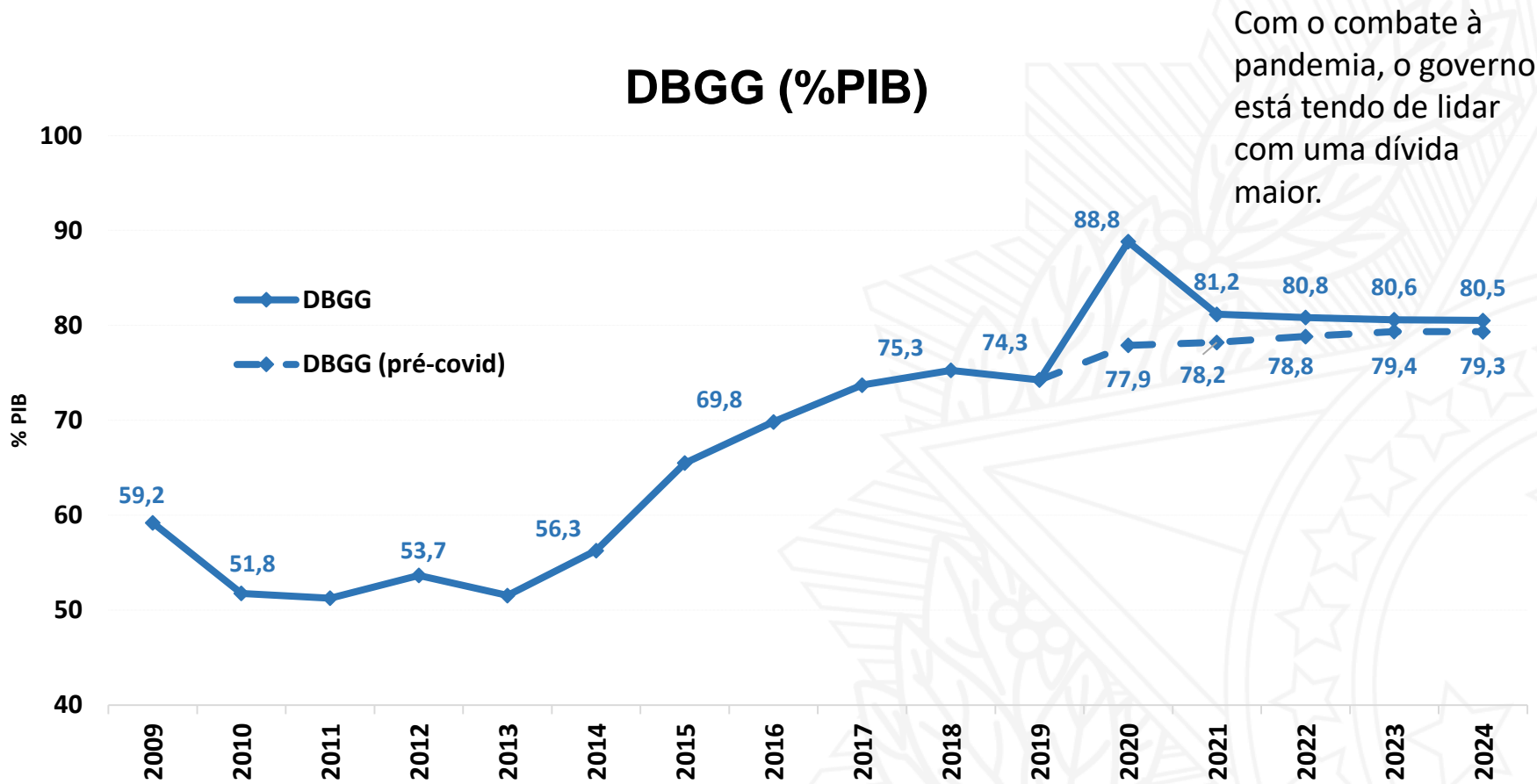


Fonte: Realizado, abaixo da linha, STN. Projeções: 2021, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (3º Bimestre 2021/julho-21); 2022-2024, LDO 2022.

As despesas relacionadas ao Covid-19 provocaram uma forte deterioração do resultado primário de 2020.



Impacto do COVID-19 nas Projeções de Dívida Bruta

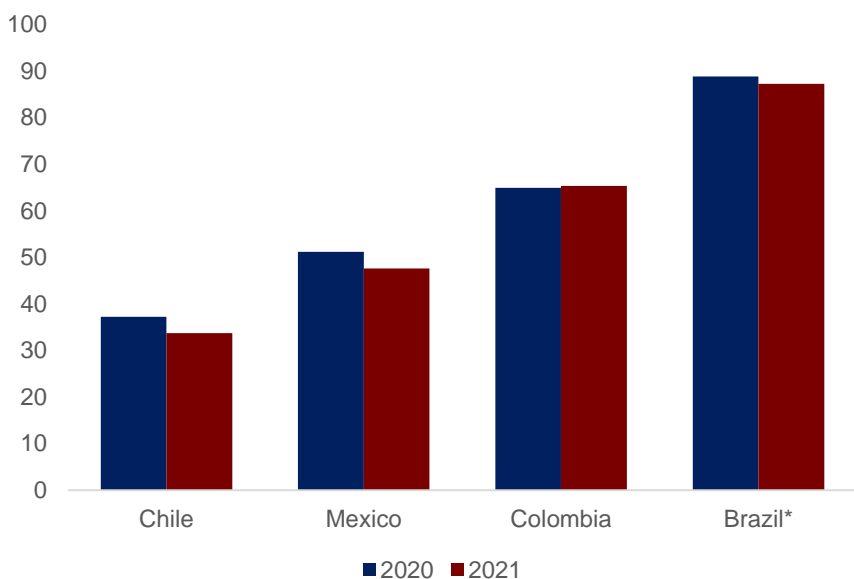


Fonte: Realizado, BCB. Projeções: STN (ago/2021) - realizadas para fins gerenciais, com base na grade parâmetros da SPE (julho/2021), ainda não disponíveis em documentos oficiais. Dados fiscais utilizados: 3º Relatório Bimestral, para 2021; Focus de 23/07, para 2022-2024.

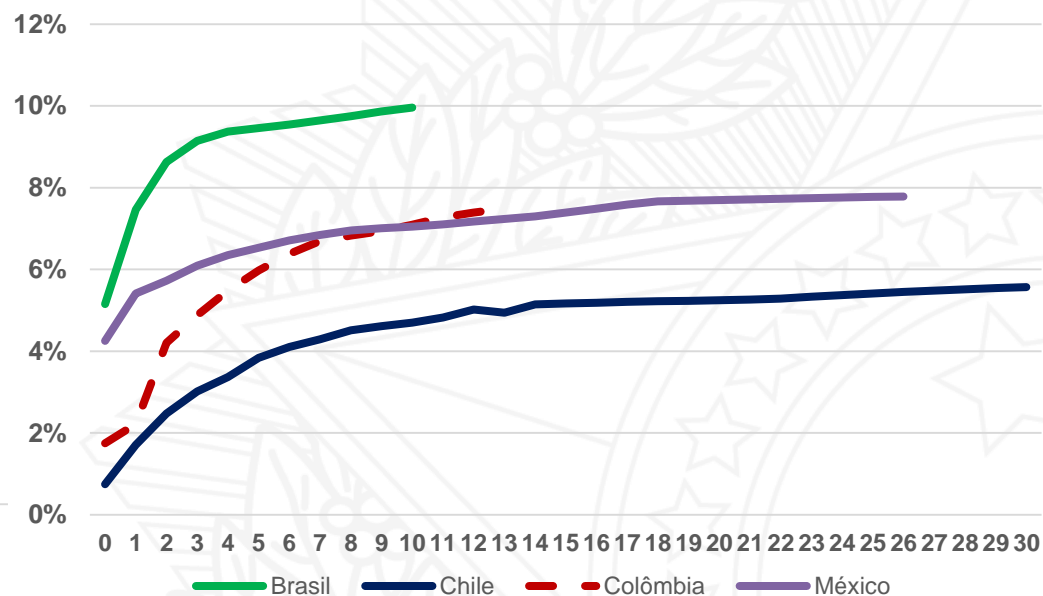


Nível de dívida – Comparação os pares

Dívida Bruta (% PIB)



Curvas de Juros – Brasil vs. Pares



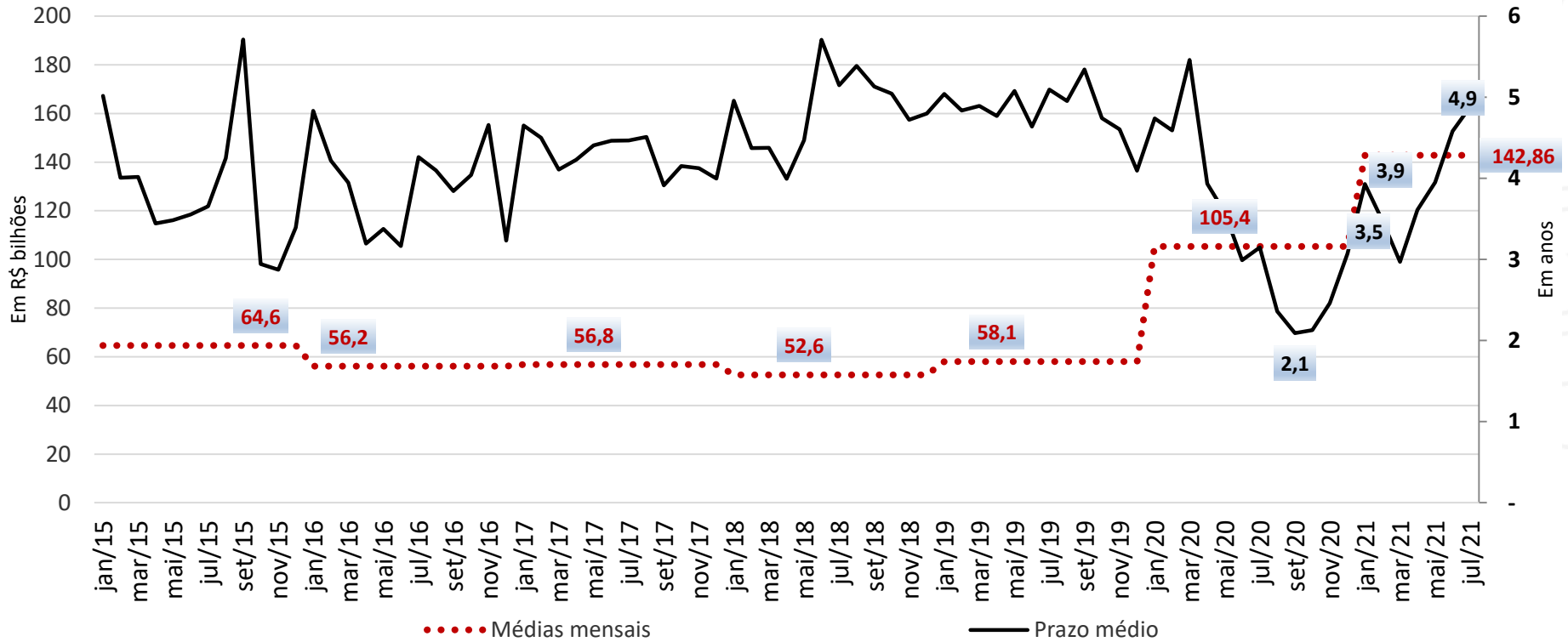
Fonte: Bloomberg (06/08/2021).

Fonte: S&P (<https://www.spratings.com/sri/> - 09/07/2021)

* Projeção da DBGG do Brasil para 2021 - STN



Volume Médio de Emissão x Prazo médio



* Leilões tradicionais de venda.
 Fonte: STN/Fazenda/ME



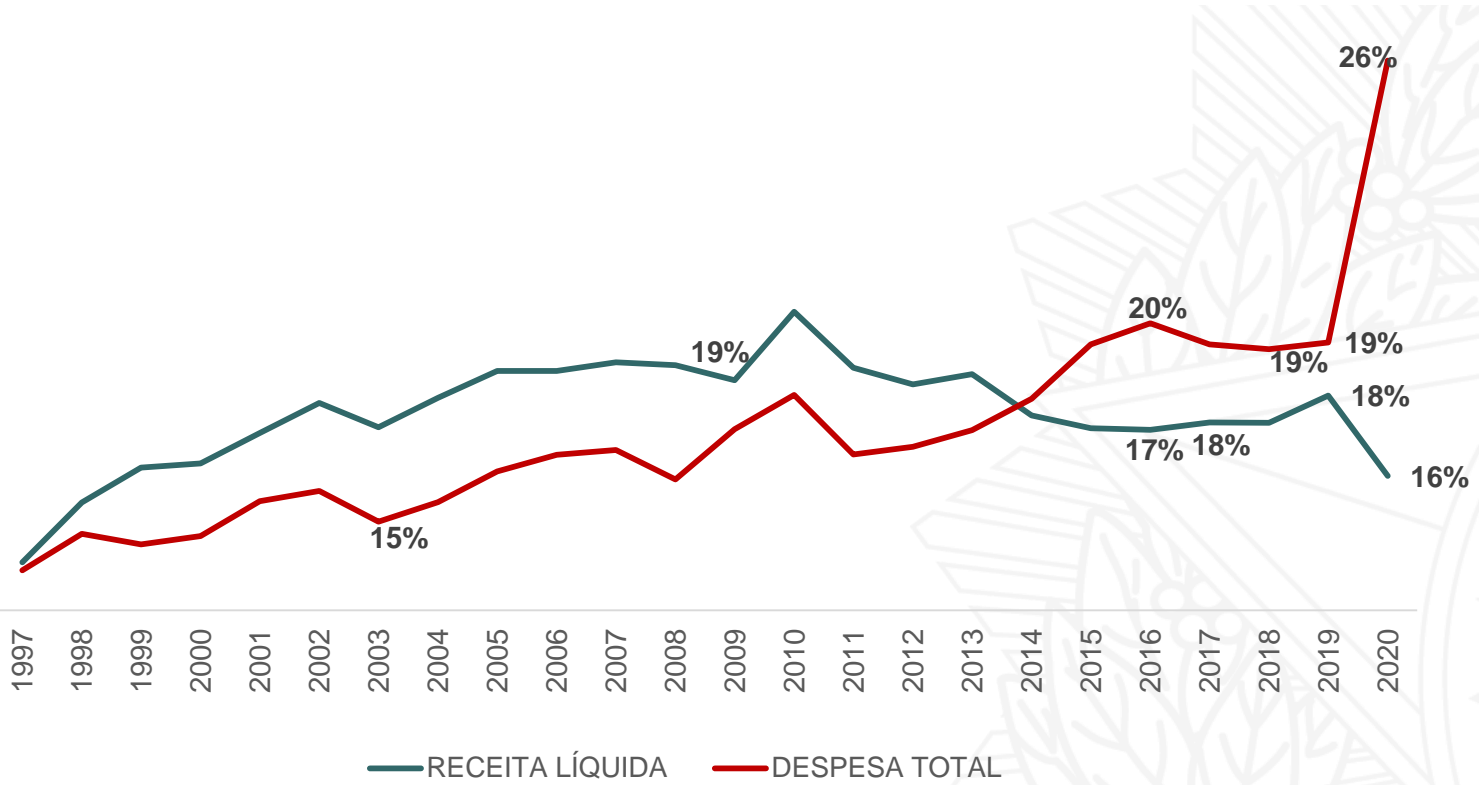
Sumário

- ① Situação Fiscal e Impactos da Crise do Covid-19
- ② **Desafios Estruturais**
- ③ Importância da Consolidação Fiscal
- ④ Gestão Orçamentária
- ⑤ PEC dos Precatórios



Desafios Estruturais: Nível de Gasto

Receitas Líquidas e Despesas do Governo Central (em % do PIB)



A recessão econômica em 2015 e 2016 teve forte impacto nas receitas públicas.

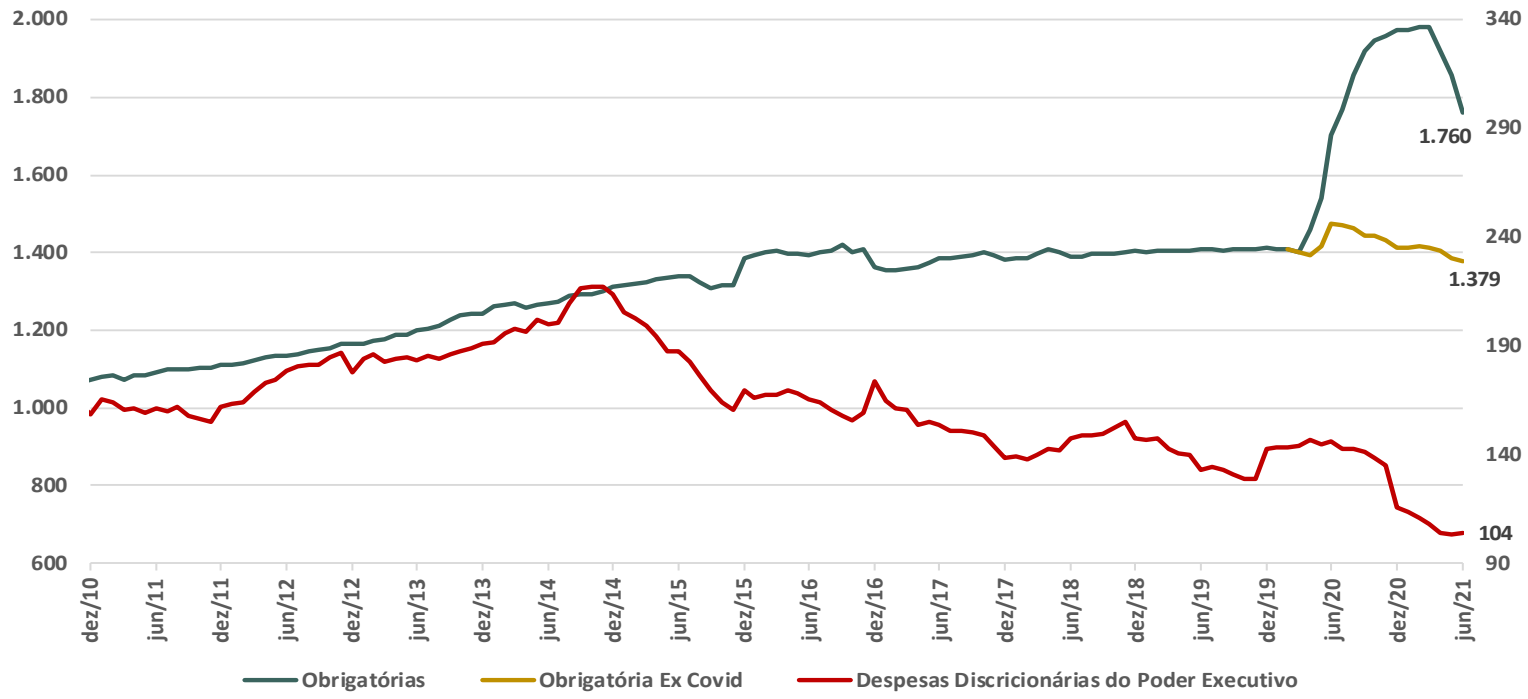
Reformas fiscais estruturais, como teto de gastos e previdência, têm apoiado o ajuste fiscal.

Fonte: STN.



Desafios estruturais: Rigidez do Gasto

Despesas do Governo Central* (Acumulado em 12 meses – R\$ bilhões – preços de junho, 2021)



Excluídos os R\$ **380,7 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19**, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de jun/21) apresentam trajetória estável.

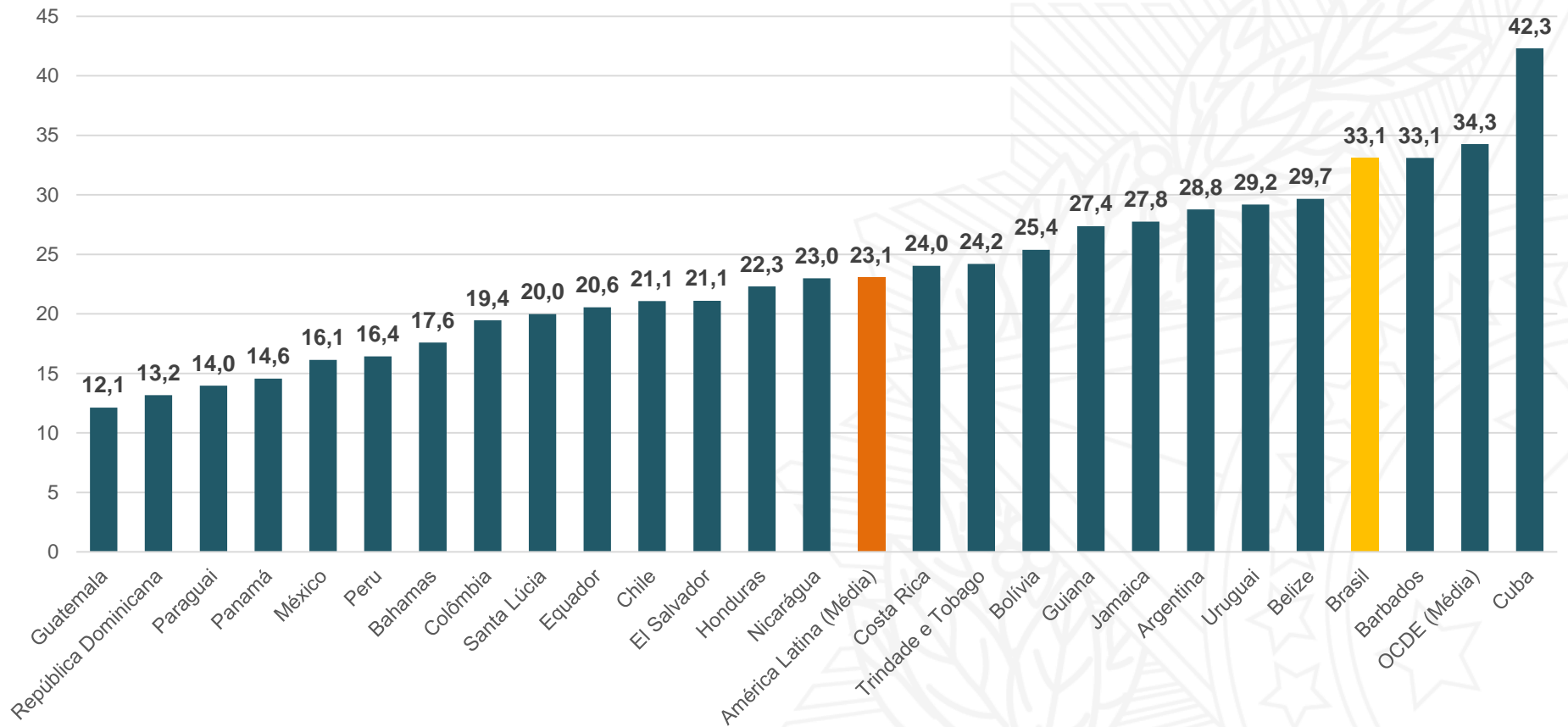
Fonte: Tesouro Nacional/Secretaria Especial de Fazenda/Ministério da Economia.

* Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019.



Desafios estruturais: Elevada Carga Tributária

Carga Tributária 2018 (% PIB)



Fonte: OCDE et al (2020)



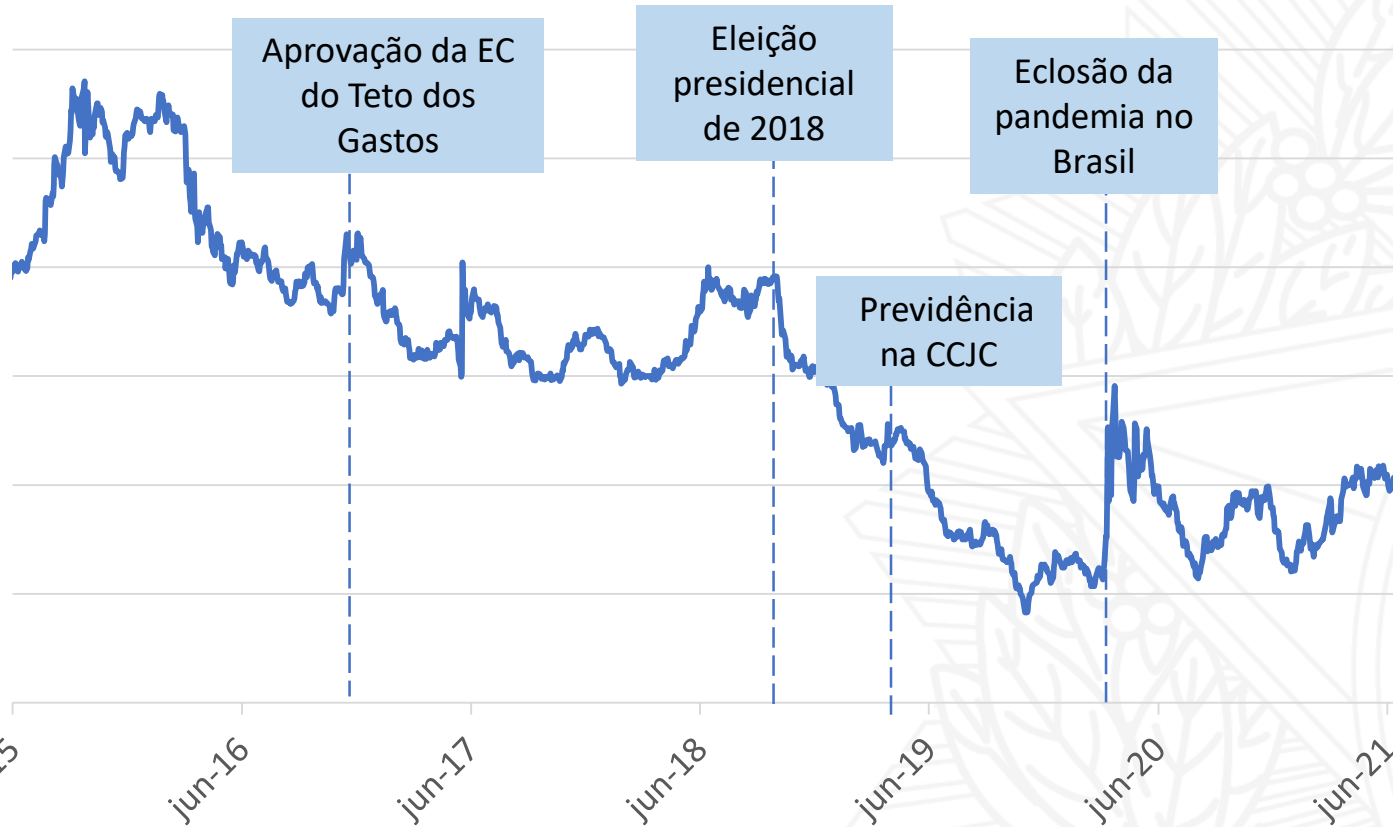
Sumário

- ① Situação Fiscal e Impactos da Crise do Covid-19
- ② Desafios Estruturais
- ③ **Importância da Consolidação Fiscal**
- ④ Gestão Orçamentária
- ⑤ PEC dos Precatórios



Efeito Credibilidade da Consolidação Fiscal

Taxa de Juros das NTN-B com vencimento em 2035



Estudo do IPEA* aponta que:

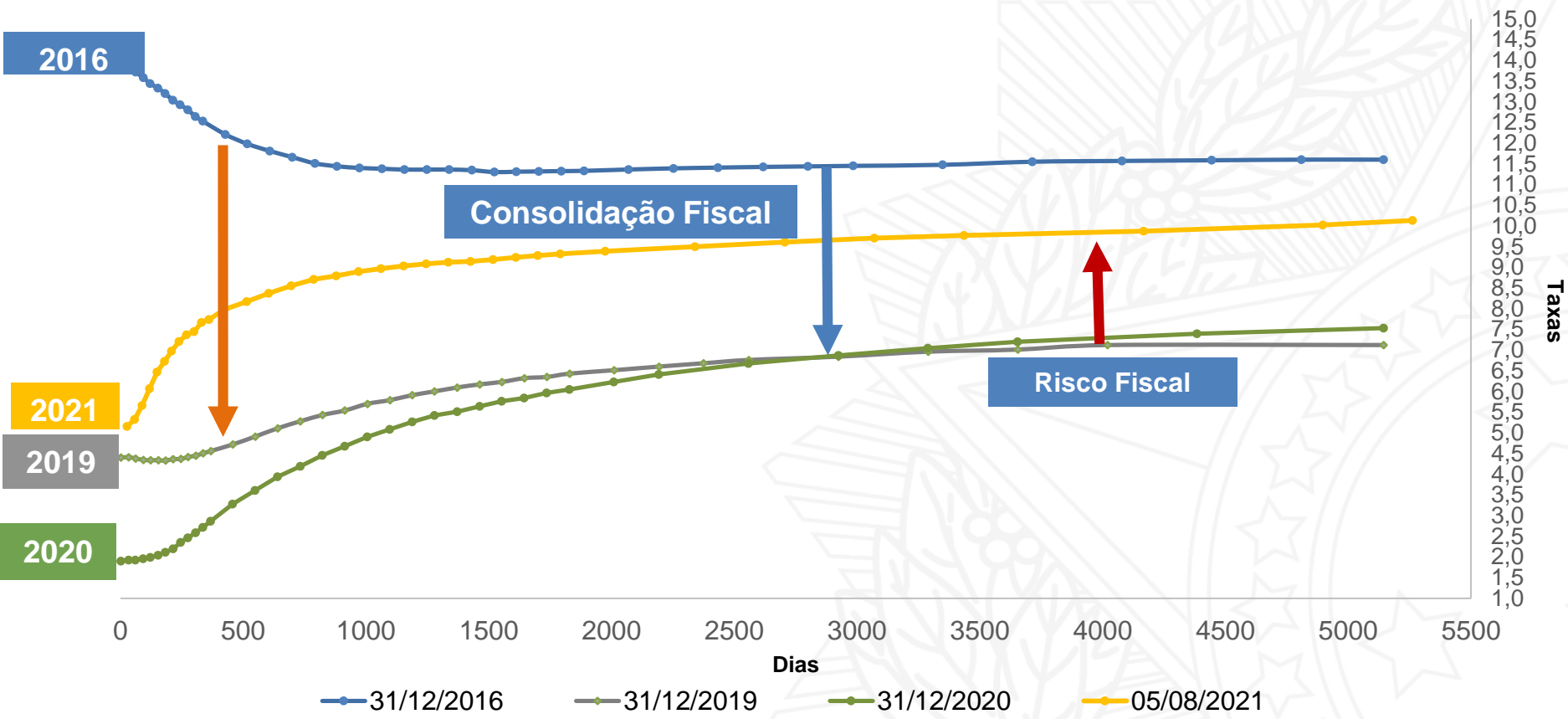
Em conjunto, o Teto, as últimas eleições presidenciais e a Reforma da Previdência responderiam por redução entre 2,3 a 2,7 p.p na taxa de juros da NTN-B de dez anos.

Fonte: Tesouro Direto

* Consolidação fiscal, taxa de juros de longo prazo e PIB no Brasil: Resultados preliminares.
https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/conjuntura/200525_cc48_nt_fiscal.pdf



Risco Fiscal e consequências



Fonte: B3



Risco Fiscal e consequências



i. Impacto negativo na taxa de crescimento da economia

Aumento de 1 p.p. na taxa de juros causa redução acumulada entre 0,7 e 1,3% no PIB, após 12 meses (IPEA). Em valores correntes, teríamos redução entre R\$ 52 e R\$ 93 bi no PIB (via investimentos e consumo).

ii. Dívida maior

O Banco Central estima que a dívida pública aumente em R\$ 30,4 bi para cada 1% de aumento nos juros.

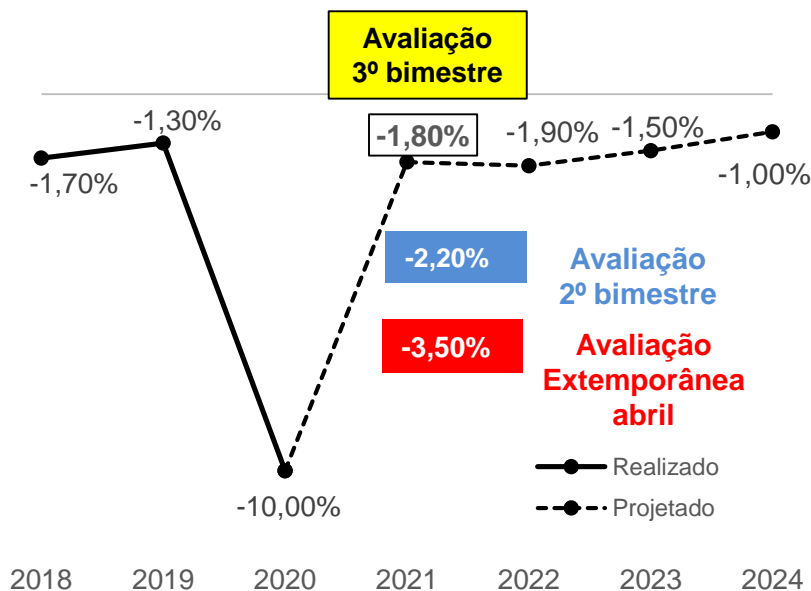


Sumário

- 1 Situação Fiscal e Impactos da Crise do Covid-19
- 2 Desafios Estruturais
- 3 Importância da Consolidação Fiscal
- 4 Gestão Orçamentária**
- 5 PEC dos Precatórios



Orçamento 2021: Resultado da Avaliação do 3º Bimestre



- Melhoria do resultado primário do Governo Central como consequência principal da melhoria da receita, impulsionada pela retomada do crescimento.
- Desbloqueio de R\$ 4,5 bilhões e possível ampliação das despesas discricionárias do Poder Executivo de R\$ 2,8 bilhões.
- Montante de créditos extraordinários em R\$ 124,9 bilhões, com acréscimo de R\$ 25,4 bilhões observado nessa Avaliação, em relação à Avaliação anterior, destacando-se a prorrogação do auxílio emergencial.



Orçamento 2021: Resultado da Avaliação do 3º Bimestre

R\$ milhões

Discriminação	Avaliação 2º Bimestre (a)	Avaliação 3º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.752.083,1	1.816.281,0	64.198,0
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	1.110.722,6	1.156.101,4	45.378,8
Arrecadação Líquida para o RGPS	441.237,1	440.006,3	-1.230,8
Receitas Não Administradas pela RFB/MF	200.123,4	220.173,3	20.049,9
2. Transferências por Repartição de Receita	318.811,9	339.897,5	21.085,6
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.433.271,2	1.476.383,5	43.112,4
4. Despesas Primárias	1.620.954,5	1.631.802,0	10.847,5
Obrigatória	1.501.608,2	1.512.455,7	10.847,5
Discricionárias do Poder Executivo	119.346,3	119.346,3	0,0
5. Resultado Primário do Governo Central (3) - (4)	-187.683,3	-155.418,4	32.264,9
6. Meta de Resultado Primário OFS (Art. 2º, caput, LDO-2021)	-247.118,2	-247.118,2	0,0
7. EC 109/21 e Lei 14.143/2021 (MPVs Auxílio Emergencial, BEm, Pronampe e Saúde)	68.932,2	75.356,6	6.424,4
8. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6) + (7)	128.367,1	167.056,4	38.689,3
TOTAL EC 95	1.485.936,4	1.485.936,4	0,0
Total despesas sujeitas ao Teto	1.490.458,3	1.473.632,6	-16.825,7
Diferença	-4.521,9	12.303,9	16.825,7

Detalhamento
adiante

Fonte/Elaboração: SOF/Fazenda/ME.



Orçamento 2021: Resultado da Avaliação do 3º Bimestre

R\$ milhões

Discriminação	Avaliação 2º Bimestre (a)	Avaliação 3º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
TOTAL EC 95	1.485.936,4	1.485.936,4	0,0
Total despesas sujeitas ao Teto	1.490.458,3	1.473.632,6	-16.825,7
Diferença	-4.521,9	12.303,9	16.825,7
AC nº 1532/2021–TCU–PLENÁRIO	0,0	9.496,3	9.496,3
Economia de Recursos Bolsa Família		9.496,3	9.496,3
Diferença	-4.521,9	2.807,6	7.329,4

Fonte/Elaboração: SOF/Fazenda/ME.



Orçamento 2021: Resultado da Avaliação do 3º Bimestre

R\$ milhões

Discriminação	Estimativas das Despesas	Teto	Diferença
AVALIAÇÃO DO 2º BIMESTRE	1.490.458,3	1.485.936,4	-4.521,9
<i>Benefícios RGPS</i>	-891,0		
<i>Bolsa Família</i>	-9.496,3		
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	-3.021,6		
<i>Subsídios, Subvenções e Proagro</i>	-905,5		
<i>Subsídio aos Fundos Constitucionais</i>	-546,5		
<i>Impacto Primário do FIES</i>	-1.755,8		
<i>Outras variações de despesas</i>	-208,9		
AVALIAÇÃO DO 3º BIMESTRE	1.473.632,6	1.485.936,4	12.303,9

Fonte: Diversos órgãos. Elaboração: SOF/Fazenda/ME.



Orçamento 2022

R\$ milhões

Discriminação	Avaliação 3º Bimestre 2021	PLDO 2022	PLOA 2022
TOTAL EC 95	1.485.936,4	1.592.032,3	1.610.012,1
Total despesas sujeitas ao Teto	1.473.632,6	1.592.032,3	1.610.012,1
Var %	2,13%	7,14%	8,35%
Diferença	12.303,9	0,0	0,0
AC nº 1532/2021–TCU–PLENÁRIO	9.496,3	0,0	0,0
Economia de Recursos Bolsa Família	9.496,3		
Diferença	2.807,6	0,0	0,0

Fonte/Elaboração: SOF/SETO/ME.



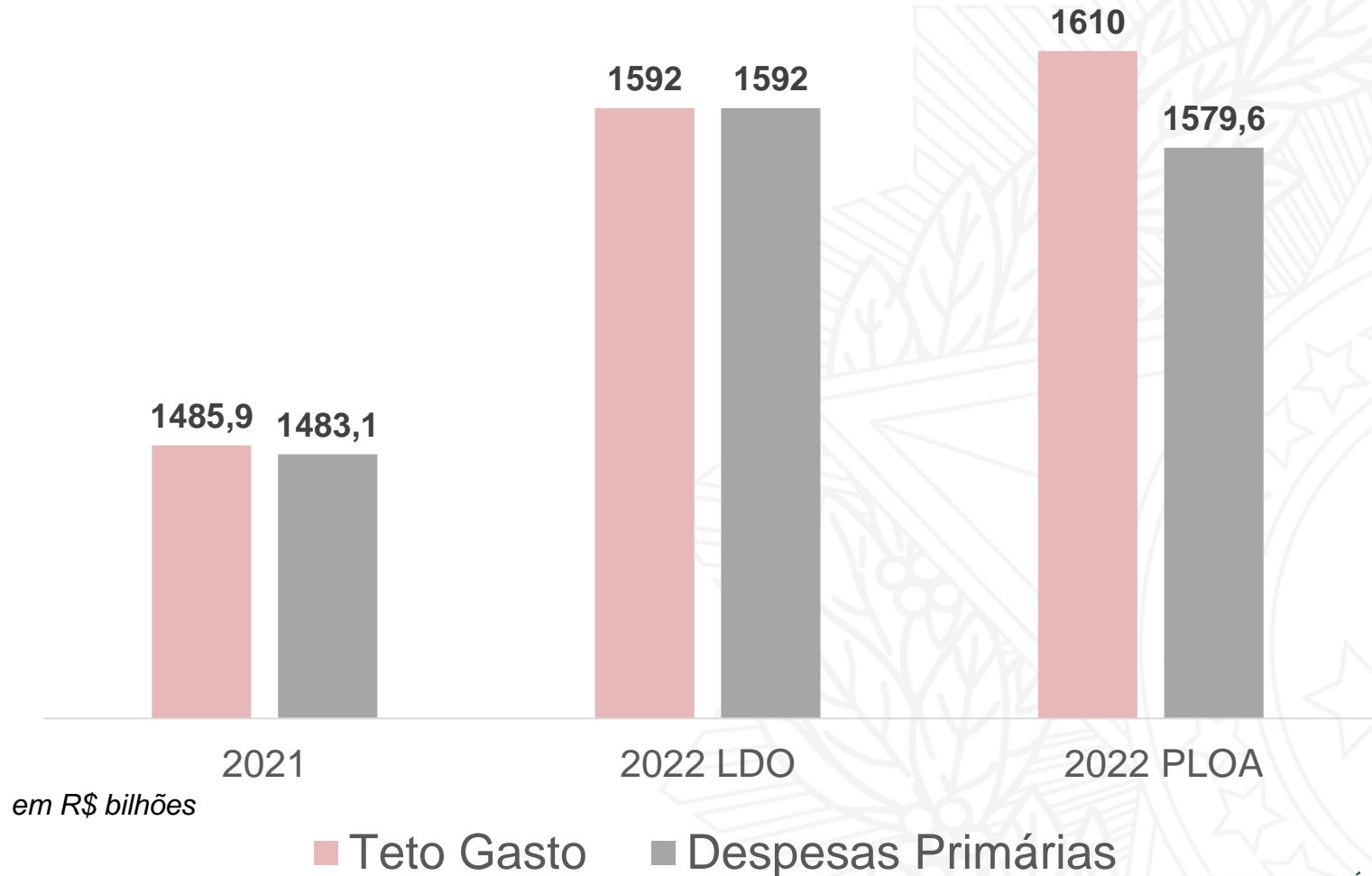
Orçamento 2022: Espaço no Teto

“espaço” →

+2,8 bi

0

+30,4 bi





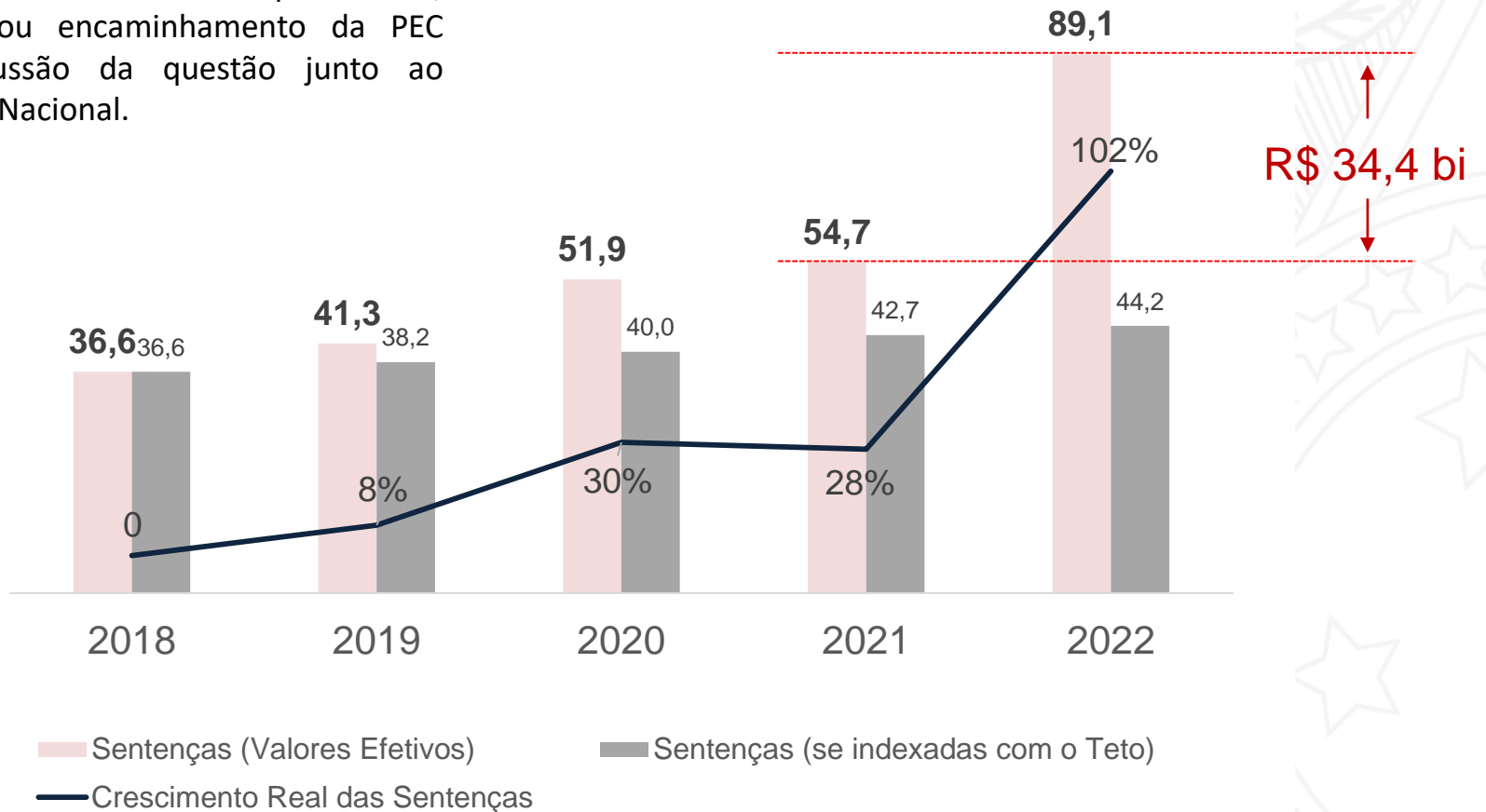
Orçamento 2022: Riscos

- Crescimento da inflação acima do atualmente projetado: caso o INPC para 2021 performe acima da atual estimativa, haverá impacto no valor do salário mínimo e gastos sociais.
- Atendimento do Mandado de Injunção 7.300/STF para Renda Mínima Universal (novo Bolsa Família) e o reajuste do ticket médio mensal.
- Modificação do PL 2337/2021 (reforma tributária) ao longo da tramitação no CN, colocando em risco as propostas lá constantes.



Orçamento 2022: Riscos

Crescimento expressivo das sentenças judiciais, notadamente os precatórios, que ensejou encaminhamento da PEC para discussão da questão junto ao Congresso Nacional.



Valores corrigidos pela variação do IPCA



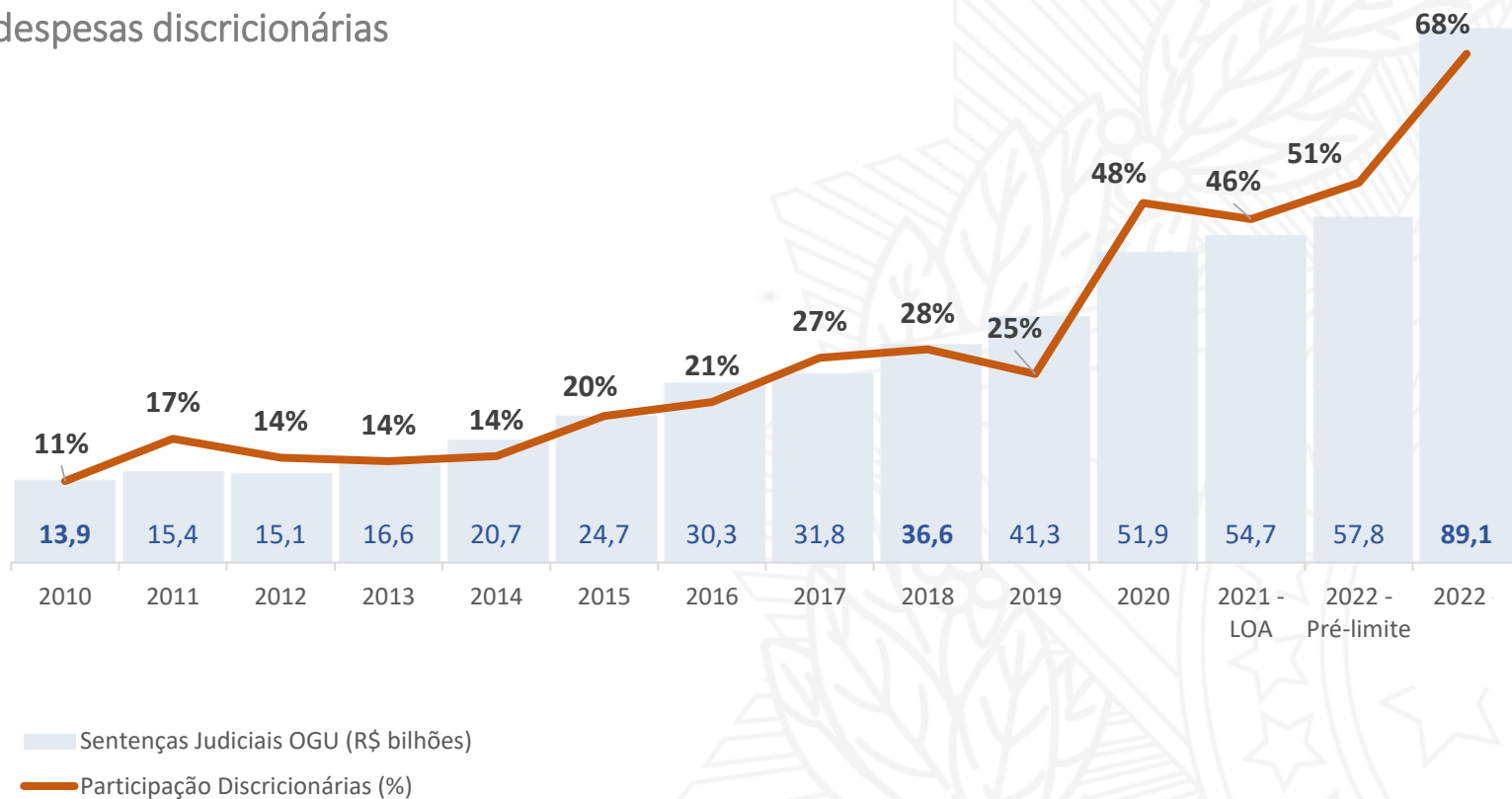
Sumário

- 1 Situação Fiscal e Impactos da Crise do Covid-19
- 2 Desafios Estruturais
- 3 Importância da Consolidação Fiscal
- 4 Gestão Orçamentária
- 5 **PEC dos Precatórios**



Evolução dos Gastos com Sentenças Judiciais

Evolução dos Gastos com Sentenças Judiciais versus despesas discricionárias





Medidas Sugeridas – Parcelamento de Precatórios

Regra Atual

Parcela precatório superior a 15% do montante dos precatórios (difícil de atingir)

Economia de + R\$ 33,5 bi em 2022

Economia de **+R\$ 22,7 bi** ←
Parcela 47 precatórios

Economia de **+R\$ 10,8 bi** ←
Parcela 8.771 precatórios

15% à vista + 5 parcelas

Proposta

Parcela precatório superior a 15% do montante dos precatórios (difícil de atingir)

ESTRUTURAL

+ Parcela precatório superior a 1000 x RPV (1000 x 60 salários mín. = 66 milhões)

ESTRUTURAL

+ Parcela precatórios que, na ordem decrescente dos valores, fizerem com que a soma dos valores apresentados supere 2,6% da RCL dos 12 meses anteriores

Até 2029

15% à vista + 9 parcelas



Parcelamento de Precatórios: estimativas

- 3.3% (8.771) de um total de 264.717 precatórios atingidos pelo parcelamento.
- Nenhum precatório abaixo de R\$ 455 mil parcelado no exercício de 22.

Todos os precatório de pequeno valor, abaixo de R\$ 66 mil, sempre estarão fora da regra de parcelamento.



Medidas Sugeridas – Criação do Fundo de Liquidação de Passivos da União

Objetivos:

- Reduzir o **tamanho do Estado**;
- Incentivos para uma **máquina pública mais eficiente**;
- Mecanismo de encontro de contas.

Destinação dos recursos:

Pagamento da Dívida Pública;
Pagamento de precatórios que seriam parcelados.

Obrigado!

seto@economia.gov.br

Agosto de 2021

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

